



Jornal FNE Edição 84 – Maio/09

Preocupação central do mundo e do País desde setembro último, a crise continua na agenda nacional. Entre os trabalhadores, como mostra matéria de capa deste Engenheiro, há um pacto fechado. Trata-se de superar as dificuldades mantendo o emprego e o poder aquisitivo, tema da programação do 1º de maio de 2009. Nada mais correto, atesta o economista Sérgio Mendonça. Em entrevista, ele afirma que o Brasil, apesar dos efeitos inevitáveis da turbulência internacional, tem a chance de retomar o crescimento em bases mais sólidas e sustentáveis, não dependentes do sistema financeiro internacional.

Ainda na busca de soluções para o mesmo problema, está o projeto de 1 milhão de casas do Governo Federal, que pode ter o duplo impacto positivo de contribuir para minimizar um grave problema social e movimentar a economia, gerando empregos, muitos dos quais para engenheiros. No entanto, advertem esses técnicos, é preciso que haja planejamento e equacionamento das questões fundiárias envolvidas.

Em pauta ainda a Conferência Nacional de Comunicação, convocada para dezembro próximo. Propositores do encontro, movimentos populares propõem maior participação social no setor. Em C&T, um projeto da Avibras de uma aeronave não tripulada, com 15 horas de autonomia, que terá funções como inspeção de fronteiras e controle de queimadas.

E mais o que acontece nos estados.

OPINIÃO

O território do Pará, embora tenha sido uma das últimas províncias que aderiram ao Grito do Ipiranga, vem ao longo da história sobremaneira ajudando este país na sua real independência social e econômica. Possui a maior variedade de jazidas minerais do Brasil, talvez inesgotável, mesmo sem a verticalização da produção, o que já traria algum retorno à sua população.

O seu território é cortado pelos rios mais caudalosos do País, possibilitando assim uma confiável rede intermodal de transportes, não devidamente explorada tecnicamente.

Possui a maior hidrelétrica do Brasil, a UHE de Tucuruí, fornecendo energia para todo o sistema Norte, Nordeste e Centro-oeste. Dispõe de uma costa marítima fabulosa, que, explorada tecnicamente de forma sustentável, serviria para alimentar com seu pescado toda a população brasileira. Há em suas florestas ainda inexploradas vasta biodiversidade com potencial de uso farmacológico e talvez energético, além de água doce suficiente para saciar o mundo.

Observando apenas esses tópicos, o Fórum Social Mundial 2009, realizado em Belém, poderia ter diagnosticado que esse Estado, se não fosse vilipendiado em seus direitos, já poderia ser considerado um dos ícones de qualidade de vida e renda per capita do País.

Não há desenvolvimento econômico e social nessa terra de pessoas dignas e hospitaleiras devido à ausência do Estado nos diversos setores da administração pública, por razões políticas, às vezes até inescrupulosas, por falta de incentivo ao avanço tecnológico e profissionalismo.

A União e mesmo outros países devedores e maiores beneficiários das riquezas desse estado não vêm repassando os justos pagamentos que indenizariam tudo que dele levam: energia sem ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) recolhido na geração, minério de ferro, alumínio, cobre, ouro, outros minérios com royalties adimensionais, madeira in natura, pescado, indivíduos da biodiversidade. Enfim, todas as riquezas naturais.

Em troca, estão deixando uma população de desocupados, violados em seus direitos fundamentais, violência no campo, aglomerados sem o mínimo saneamento básico, insegurança pública, violência nas cidades bucólicas centenárias. Trata-se de falta de respeito para com uma parte do país que sempre contribuiu para o seu desenvolvimento.

As verdadeiras autoridades dos governos e estadistas devem urgentemente atuar para reverter essa injustiça e garantir o respeito aos direitos violados dessa população.

Antônio Noé Carvalho de Farias é diretor de Relações Interinstitucionais da FNE

CRESCER BRASIL

Lançado no dia 25 de março pelo Governo Federal, o programa de habitação “Minha casa, minha vida” pretende construir 1 milhão de casas nos próximos anos, com investimentos de R\$ 34 bilhões. A região mais beneficiada será a Sudeste com 363.984 moradias, em segundo lugar vem a Nordeste com 343.197, seguida da Sul com 120.016. Na região Norte, serão construídas 103.018 unidades e na Centro-Oeste, 69.786.

Dirigido às famílias com renda mensal de até dez salários mínimos (R\$ 4.650,00), tem como objetivo reduzir em 14% o déficit habitacional do País, hoje estimado em 7,2 milhões de moradias.

Outra meta do programa é combater os efeitos da crise internacional no Brasil investindo no setor da construção civil, que é a chave para a reativação do mercado interno brasileiro, conforme descreveu o manifesto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006.

Além de ajudar a reduzir um dos mais graves problemas sociais brasileiros, a iniciativa tem outro efeito benéfico que será a geração de empregos, especialmente para engenheiros e arquitetos. “As construtoras que não têm todo o corpo técnico necessário terão que contratar esse tipo de mão de obra”, menciona Laerte Conceição Mathias de Oliveira, diretor do Seesp.

Ainda segundo ele, outra área que trará oportunidades à categoria é a de regularização fundiária, que exige um estudo técnico elaborado por profissional legalmente habilitado. O trabalho deve ser ampliado por força da Medida Provisória 459, editada juntamente com o anúncio do “Minha casa, minha vida” e que traz um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a regularização de assentamentos urbanos e a titulação de seus ocupantes.

Conforme Oliveira, a Lei nº 11.888, que assegura às famílias com renda até três salários mínimos assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social, também vai abrir mercado de trabalho para esses profissionais e deve ser posta em prática mais rapidamente com o novo programa.

Lutando para que isso se torne realidade, o diretor da FNE e presidente da ONG Engenheiros Solidários, Sebastião Fonseca, acredita que sem a regulamentação dessa lei será impossível construir 1 milhão de casas. “É importante que a ONG, a FNE e os sindicatos continuem fazendo ações no sentido de pressionar o Estado a assumir sua responsabilidade social para que os engenheiros possam trabalhar efetivamente nesse campo.”

Para a secretária nacional de Habitação, Inês Magalhães, os projetos de engenharia são fundamentais para que o programa habitacional tenha sucesso. Ainda segundo ela, existe uma grande discussão a ser desenvolvida com os engenheiros sobre a lei de assistência técnica. “Precisamos definir as possibilidades de atuação, as responsabilidades do poder público e a contribuição dos engenheiros nesse debate é essencial para que a questão da moradia seja resolvida e melhorada.”

Seguindo o mesmo raciocínio, José Roberto Bernasconi, presidente nacional do Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva), afirma que o projeto de engenharia e arquitetura é o primeiro passo para garantir a eficiência na aplicação dos recursos e a construção adequada das habitações. “Somente com planejamento é possível inserir as moradias na malha urbana corretamente. É bandeira não só do Sinaenco, como também da FNE e do Seesp que o projeto seja a primeira etapa a ser cumprida.”

Inovação e incentivo

Também aprovaram a iniciativa os empresários do setor. Para Sergio Tiaki Watanabe, presidente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo), a ação é um ganho porque determina a origem dos recursos, o tamanho do subsídio e quem vai recebê-lo. “Um projeto assim deveria ser realizado em longo prazo, fazendo parte inclusive dos futuros governos através da perenização das verbas orçamentárias. Só assim resolveríamos o problema de habitação no País”, pondera.

Bernasconi também acredita que a meta só será atingida se tiver continuidade. “É impossível sair de uma produção de 100 mil moradias por ano para 500 mil. O ideal é fazer um programa permanente que dure 20 anos se for preciso, mas que garanta a sustentabilidade econômica para os agentes. Não adianta tomar um ritmo inicial acelerado e depois parar. Tão importante como fazer um bom programa é estar na direção correta.”

Tanto Watanabe como Bernasconi consideram positivo o alívio fiscal anunciado pelo Governo, com o corte do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre mais de 30 itens de materiais de construção, inclusive o cimento, cuja alíquota caiu a zero. “Essas ações estimulam a inovação tecnológica nos processos e a produção em escala, que diminui o preço do imóvel, oferecendo a possibilidade de mais famílias comprarem sua casa própria”, avalia Watanabe.

A inovação e o ritmo são justamente a preocupação de João Antonio Del Nero, diretor-presidente da Figueiredo Ferraz, Consultoria e Engenharia de Projeto S.A. e membro do Conselho Tecnológico do Seesp, para quem a industrialização da construção popular é a única forma de atingir a meta de 1 milhão de moradias em poucos anos. “Os métodos tradicionais vão permitir fazer apenas de 100 a 200 mil casas por ano”, adverte. Entre as vantagens da inovação, que utiliza moldes de formas reaproveitadas, de isopor e até mesmo plástico, montados no terreno e preenchidos com concreto, destaca-se o não desperdício de materiais, o que reduz o custo final do imóvel, e a construção de lajes que dão maior garantia de estabilidade e conforto. “Vamos lutar para que os processos industrializados ganhem corpo e tradição no País”, ressalta.

MOBILIZAÇÃO

Essa será a ideia chave que os movimentos sociais ligados ao debate sobre a democratização da informação no Brasil defenderão na Conferência Nacional de Comunicação, prevista para o período de 1º a 3 de dezembro, em Brasília. Até lá, essas organizações têm como meta mobilizar e conscientizar a sociedade para o tema, demonstrando que se trata de item tão fundamental e de interesse público quanto a saúde, a educação, o transporte ou a habitação.

A tarefa, que nada tem de simples, será a continuidade de uma batalha já histórica no Brasil. “Essa luta existe há décadas e, com a consolidação das conferências como processo de participação popular, cresceu a demanda para que esta também acontecesse”, conta a jornalista Bia Barbosa, integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Segundo ela, em junho de 2007, nasceu a Comissão Nacional Pró-Conferência com o objetivo de reivindicar a realização do encontro, que, constitucionalmente, precisa ser convocado pela Presidência da República. A partir disso, constituíram-se várias comissões estaduais para trabalhar regionalmente.

A primeira vitória aconteceu em 17 de abril último, com a publicação do decreto que prevê prévias municipais e estaduais para eleição de delegados e estabelece o tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”. Presidida pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, a conferência tem uma comissão organizadora composta por 26 membros, sendo dez representantes do poder público e 16 da sociedade civil, porém definidas pelo Governo. Divulgada no dia 20, com a tarefa de construir logística e politicamente o encontro, definindo temário e metodologia, essa não agradou a todos. “O Intervozes faz parte e não temos críticas a nenhuma das entidades indicadas, mas a prerrogativa de escolher seus representantes deveria ser da própria sociedade”, critica Barbosa. Outro problema na seleção é o que foi considerado uma super-representação dos grandes conglomerados do setor. “A sociedade civil não empresarial ficou com oito entidades e a empresarial com outras oito, em geral desconhecidas da opinião pública”, destaca José Sóter, da Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária). “Sempre acreditei que o Estado é um intermediador de conflito. Nesse caso, esse papel será acentuado”, pondera.

Expectativa

Do ponto de vista dos movimentos sociais, portanto, é esperado um embate duro, tendo em vista a correlação de forças. “A principal dificuldade está no fato de que um dos segmentos, o dos empresários, detém o poder de pautar os meios de comunicação a seu favor, está organizado em lobbies no Congresso, tem poder econômico e corporativo e conta com um representante como Ministro das Comunicações”, aponta a coordenadora da Ciranda Internacional da Informação Independente, Rita Freire. No entanto, as expectativas para a realização da conferência são otimistas, até pelo saldo positivo que o processo de discussão possa gerar, ainda que grandes mudanças não sejam alcançadas. “A própria organização do movimento pela democratização da mídia sairá fortalecida; a discussão, que ainda é restrita,

vai se espalhar pelo Brasil”, avalia Barbosa, do Intervozes. “A conferência servirá para construir a grande pauta da sociedade para a comunicação. Isso não é pouco”, completa Freire.

Temário

Uma das grandes disputas a ser travada na comissão organizadora será justamente o que colocar em pauta no encontro de dezembro e nas etapas regionais anteriores. O Governo quer principalmente um marco regulatório que dê conta das gigantescas transformações pelas quais o setor passou devido ao avanço tecnológico, conforme afirmou o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, em coletiva promovida em Brasília após a publicação do decreto presidencial. Ao empresariado, interessa sobretudo viabilizar negócios na era digital, que trouxe inúmeras possibilidades, como a radiodifusão por meio de telefonia móvel e as abertas pela TV digital, como a multiprogramação. Já as organizações populares reivindicam políticas públicas e controle social numa área vista como de domínio privado. “O Brasil pode desenvolver políticas fiscais para incentivar o surgimento de veículos não comerciais, a exemplo do que existe em outros países, formas participativas de regular as concessões públicas e criar um órgão regulador da radiodifusão”, exemplifica Barbosa. Ponto importante também, diz ela, é que o conteúdo veiculado seja objeto de discussão e inclusive levado em conta ao se autorizar concessões de rádio e TV. “O artigo 221 da Constituição determina prioridade à educação e cultura na veiculação, o que em geral não é obedecido. Além disso, há recorrentes violações de direitos humanos, como mensagens racistas, machistas e homofóbicas, o que é ainda mais grave”, lembra. “Os empresários querem debater tecnologia e infraestrutura? Nós também, porque queremos democratizar o acesso e a gestão. Mas também queremos falar sobre conteúdo, porque é aí que a população pode colocar o dedo na ferida”, enfatiza Freire.

SINDICAL I

Com lemas e bandeiras de luta convergentes, o 1º de maio – Dia Internacional do Trabalhador – pautou-se pela defesa de ações contra a crise, pelo desenvolvimento e pleno emprego. Não obstante, portanto, as manifestações diversificadas, o espírito unitário e de resistência fica demonstrado. É a opinião do cientista político e consultor sindical da FNE, João Guilherme Vargas Netto, para quem o fato de se realizarem vários atos não é contraditório a isso. “Respeita a tradição e experiência de cada destacamento, mantendo eixos convergentes e ideias compatíveis, o que aponta o potencial de unidade de ação do movimento sindical.” Eis o clima que vem permeando jornada de lutas para impedir que os trabalhadores paguem a conta da turbulência global. Iniciada no final de 2009, com o anúncio de milhares de demissões – inclusive de quadros qualificados –, teve seu ápice em 30 de março, com grandes

manifestações unificadas que tomaram as ruas de várias capitais brasileiras e reuniram milhares de pessoas. O Dia do Trabalhador é destaque nesse calendário e fortalece as batalhas por vir.

Na ótica de Vargas Netto, longe de encerrar a jornada, contribui ao cumprimento das tarefas dos representantes dos trabalhadores na atualidade. Essas se fundamentam em quatro eixos, que devem dominar a agenda sindical neste segundo trimestre do ano. O fortalecimento das campanhas salariais é um deles e greves em setores importantes como a construção civil, que antecederam o 1º de maio, indicaram a disposição para a luta. Outro é o acompanhamento e reivindicação de avanços nas questões de interesse dos trabalhadores que encontram-se estagnadas no Parlamento, tais como a aprovação da Lei do Salário Mínimo, da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) pela redução da jornada sem diminuição de salários, a definição do fim do fator previdenciário e a ratificação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que proíbe a demissão imotivada no setor privado.

A participação ativa do movimento sindical para adoção de medidas anticíclicas nos setores atingidos pela crise, por exemplo alimentação, é o terceiro eixo, conforme o consultor da FNE. O último é o reforço às exigências de redução de juros e spreads, além de alívios fiscais na linha branca e, no caso de segmentos como a indústria automotiva, ligados à garantia de preservação do emprego. “Estamos agora discutindo uma marcha a Brasília para pleitear a queda de juros, e a coordenação das centrais é o caminho para a mobilização dos trabalhadores”, enfatiza Wagner Gomes, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil). Realizando o ato em comemoração ao 1º de maio com mais duas centrais – UGT (União Geral dos Trabalhadores) e NTSC (Nova Central Sindical de Trabalhadores) –, sob a bandeira do desenvolvimento com distribuição de renda e unidade contra a crise, ele acredita nessa integração a que os trabalhadores não paguem a conta – lema das manifestações da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) durante o Dia do Trabalhador. “Hoje, o Brasil está dividido em dois blocos: um que une intelectuais, sindicalistas, movimentos sociais e populares e setor do empresariado e defende o investimento na produção para estimular o consumo interno e a continuidade da expansão econômica; outro que visa manter a ciranda financeira. Pressionar este último depende da unidade”, conclui Gomes.

Fortalecendo a luta

A tendência a esse chamado é atestada por João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da Força Sindical. Apostando na linha já tradicional de showmício aliada a sorteios, seu tema deste ano foi “Toda força pelo trabalho decente” e o lema, “Emprego, emprego, emprego”. Desse modo, procurou fazer coro nas ruas à campanha internacional contra o trabalho escravo e infantil, o assédio moral e pela igualdade de gênero e condições dignas. Além da demanda por garantia de postos de trabalho. A informação foi dada pela assessoria de comunicação da central. Afora legitimar essas bandeiras junto aos trabalhadores e fortalecer a luta pela redução de juros e estímulo à produção, segundo Juruna, o 1º de maio vem reforçar a luta por reajustes nas campanhas salariais do segundo semestre.

Em suas manifestações, sob o eixo prioritário do desenvolvimento contra a turbulência financeira global, a CUT (Central Única dos Trabalhadores), segundo seu diretor executivo, Julio Turra, colocou como centro a “defesa da classe trabalhadora contra os efeitos da crise”. Impactos que, como pondera ele, já são palpáveis. “Da virada do ano até agora, foram mais de 800 mil demissões, em vários setores.” Face a esse cenário, Turra aponta a disposição de a entidade participar de ações unificadas. Tanto essa central quanto a Força Sindical realizam ainda no segundo semestre seus congressos e, além de balanços e perspectivas, o tema da mobilização por emprego e desenvolvimento deverá nortear os debates.

SINDICAL II

AC

Ciro Gomes participará de evento

No dia 23 de abril último, o ex-ministro e atual deputado federal **Ciro Gomes (PSB)**, em visita ao Acre, aceitou o convite do presidente do Senge-AC, **Sebastião Fonseca**, para participar como palestrante do II Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Sul-americana, marcado para iniciar no dia 24 de maio de 2010, na cidade de Lima, Peru, e terminar em 6 de junho, em Porto Velho, Rondônia. Também idealizador do evento e presidindo a ONG Engenheiros Solidários, Fonseca informou que o fórum, em sua segunda edição, tem como missão trazer à tona os desafios e possíveis soluções para questões envolvendo temas como Amazônia e o desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia, geração de energia, meio ambiente, produção sustentável e a integração da Amazônia Sul-americana. A realização é da ONG e da FNE com apoio da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados).

SP

Engenheiros escolhem representantes para 2010-2013

Com 95% dos votos foi eleita a diretoria do Seesp à gestão 2010-2013, que estará sob o comando de **Murilo Celso de Campos Pinheiro**, reeleito à presidência da entidade. O pleito aconteceu entre os dias 14 e 16 de abril, pela Internet, e garantiu aos engenheiros escolherem seus representantes no Estado de São Paulo. Destacam-se do programa de trabalho a luta pela redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário; estímulo à valorização profissional e à reciclagem tecnológica; o engajamento ao projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”; e o apoio à engenharia pública e gratuita, prevista na Lei nº 11.888.

DF

Câmara Legislativa confere honraria a Ronildo Menezes

Em solenidade no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 27 de abril último, Ronildo Divino de Menezes recebeu o título de Cidadão Honorário de Brasília pelos serviços prestados em prol da cidade de Ceilândia e no Senge-DF, entidade que preside pelo quarto mandato. “Fiquei honrado porque veio uma delegação de engenheiros de outros estados para prestigiar o evento”, disse o homenageado ao destacar a presença de Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE e da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados). Menezes é engenheiro civil pós-graduado em Engenharia Legal e Avaliações e Engenharia de Segurança do Trabalho, professor e integrante da carreira de Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas do Governo do DF.

PI

Assembleia aprova indicativo de projeto

De autoria do deputado Antônio Uchôa (PDT), foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa o indicativo de projeto de lei nº 04/2009, que estabelece o piso salarial dos profissionais graduados em engenharia, arquitetura, agronomia e geologia do quadro de servidores do estado do Piauí. Segundo Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge, a proposta determina o previsto na Lei 4.950-A/66, que define seis salários mínimos vigentes no País aos profissionais dessas áreas que trabalham em regime de seis horas diárias e o adicional de 50% às duas excedentes em caso de jornada de oito. “A proposta do deputado vai ao encontro de uma luta histórica do sindicato e da FNE de resgatar a dignidade dos profissionais da engenharia”, afirmou Florentino.

MA

Secretaria de São Luís adere ao fórum

O Senge-MA ganhou mais um parceiro para desenvolver o Fórum Metropolitano da Grande São Luís em busca de uma gestão compartilhada entre os municípios da Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Alcântara e São Luís, a Sadem (Secretaria Municipal de Articulação e Desenvolvimento Metropolitano). A iniciativa foi apresentada ao órgão público no dia 30 de março, na sede do sindicato, atendendo pedido do secretário Ribamar Soares. Estavam presentes ainda, além da presidente do Senge, Maria Odinéa Melo Ribeiro, e de diretores da entidade, o secretário adjunto Carlos Alberto Viegas e o professor Frederico Burnett, coordenador técnico do projeto.

SC

Presidente é homenageado

O presidente do Senge-SC, José Carlos Rauem, que também é secretário de Meio Ambiente de Florianópolis, recebeu a Medalha do Mérito do município “Francisco Dias Velho” e o título de Cidadão Honorário por sua contribuição ao desenvolvimento da capital e do estado. A solenidade aconteceu no dia 23 de março, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, com a presença de autoridades locais e amigos e familiares do homenageado.

RS

Soluções para a área rural

Por solicitação da Frente Parlamentar em Defesa da Extensão Rural da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Senge-RS elaborou documento com os principais problemas da extensão rural gaúcha e alternativas para solucioná-los. Ele sintetiza as dificuldades que se concentram na carência de recursos, na perda do certificado de entidade beneficente de assistência social pela Ascar/Emater (associações Sulina de Crédito e Assistência Rural e Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) e na deficiência dos quadros técnicos. Segundo José Luiz Azambuja, presidente do Senge, entre as alternativas sugeridas, estão mobilização para aumentar os recursos orçamentários, com maior participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e exigência de que as empresas cumpram as leis federais 5.194, que determina as atribuições profissionais, e 4.950-A, que fixa o piso da categoria.

ENTREVISTA

Para o economista Sérgio Mendonça, não resta qualquer dúvida quanto à profundidade da crise gerada nos Estados Unidos e irradiada para o mundo, com impactos também no Brasil. O baque sofrido pela economia nacional no último trimestre de 2008, afirma ele, quando o PIB (Produto Interno Bruto) caiu 3,6% após expansão que atingiu o patamar próximo dos 6%, foi mais brusco que o provocado pelo confisco do Plano Collor. Diante disso, a perspectiva, se a situação não se agravar externamente, é de lenta recuperação a partir de 2010. No entanto, apesar das dificuldades inevitáveis, seria possível construir um plano de desenvolvimento que tenha musculatura própria, baseado no mercado interno e independente da farra financeira. Atualmente ocupando o cargo de supervisor técnico das Pesquisas de Emprego e Desemprego do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Mendonça falou ao Engenheiro sobre as perspectivas para o futuro.

Que impactos a crise teve e ainda terá sobre o Brasil?

Considerando que vivemos num período de integração dos mercados e globalização financeira, não havia como essa crise não atingir o Brasil. Os canais de transmissão são vários e o primeiro é o crédito, que secou a partir da quebra do Lehmann Brothers. Estávamos crescendo e, de repente, houve uma inversão e caímos 3,6%, uma guinada que eu nunca vi, nem no Plano Collor foi tão abrupta. Outro canal de contágio foi a queda das exportações. O terceiro está nas grandes cadeias produtivas internas, como a automotiva, que, de certa forma, está se recuperando com as medidas do Governo, como a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para os veículos. Houve ainda fortíssima retração do investimento diante da incerteza. Por tudo isso, um cenário razoável em 2009 é a gente não crescer. Um exemplo é a indústria automobilística que, levando-se em conta as quedas nas exportações, terá no mínimo uma perda de 5% em relação a 2008. No melhor dos mundos hoje, com a sazonalidade favorável do segundo semestre, o Brasil tem chance de começar a crescer um pouco no final de 2009 e início de 2010.

Com deve se dar essa retomada?

Teremos que fazer isso com as nossas forças e dependendo menos de recurso externo, do crédito fácil, do dinheiro que entra nas bolsas, porque há escassez de capital financeiro. Os bancos e os fundos são menores e o Estado americano, assim como alguns europeus, está endividado. A economia vai ter que usar suas próprias pernas e musculatura. Vamos ter que verificar de que recursos dispomos, tanto em termos de crédito dos bancos públicos brasileiros como da capacidade de acumular lucros e investir, e até do nosso mercado interno, que é o grande ativo no curto prazo. O investimento é 17% do PIB, enquanto o consumo é 60%. Portanto, para atravessar a crise, dependemos disso, que é salário e crédito. Daí a importância das negociações coletivas para preservar o poder aquisitivo. Certamente, não vamos sair de zero e voltar a 6%, mas a retomada pode ser feita em bases mais duradouras. Será também a oportunidade para desmontar a loucura que é a taxa de juros no Brasil.

Pode ser então uma boa oportunidade de estabelecer o tão falado crescimento sustentado?

Na década de 30, depois da crise de 1929, nós industrializamos o Brasil. Por que não podemos pensar que essa crise coloca a oportunidade de tentar galvanizar um projeto de desenvolvimento nacional? Com o mundo desenvolvido desintegrado, o Brasil pode ter uma liderança saudável na América do Sul, pode ajudar a integrá-la energeticamente e em termos de transportes. A crise rompeu com o paradigma neoliberal, tudo que diziam não funcionou e temos que pôr algo no lugar. Não sabemos o quê ainda, mas não será o status quo.

É possível construir esse consenso?

Vamos pegar o exemplo concreto da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), que demitiu 4.200 trabalhadores. É exatamente 20% dos 21 mil que tinha. Portanto, não fez uma análise aprofundada, estimou as perdas com a crise e cortou. Ao fazer isso, está querendo preservar a rentabilidade que vinha tendo, mas isso estava ligado a perseguir o ritmo das finanças. Se os bancos estavam ganhando 20% ao ano, o capital produtivo se via premido a buscar o mesmo, mas isso era insustentável. A Embraer poderia ter feito uma negociação olhando para um padrão de rentabilidade novo, que tem que ser mais baixo. Esse desmonte do sistema financeiro turbinado coloca uma oportunidade ao capital produtivo de se fortalecer, olhando para uma rentabilidade sustentável do ponto de vista social. Se isso ocorrer, temos chance de colocar de volta o emprego no centro da agenda.

A reunião do G 20, que discutiu a crise, apontou para uma nova ordem mundial como essa?

Acho que não, porque ainda domina a ideia de solução nacional, cada um querendo resolver o seu problema. É preciso que haja disposição para uma cooperação internacional nova, com uma agenda ambiental séria, um pacto pelo emprego. Mais regulação financeira certamente haverá, mas isso é uma agenda mínima, não de transformação. Isso vai depender de líderes mundiais, visões ousadas.

O Governo brasileiro está tomando as medidas corretas?

O Brasil está indo bem no que diz respeito ao enfrentamento da crise, mas não são medidas transformadoras. O ponto fora da curva são os juros, que continuam muito altos. Isso tem respaldo da camada de cima da sociedade, que é a minoria, mas que tem dinheiro e influência e que apoia o rentismo. No plano internacional, o Lula, e quem vier depois, só será de fato respeitado se o País tiver o que mostrar nesse sentido, o que implica reverter a concentração de renda e lançar mão de práticas agrícolas ambientalmente corretas, por exemplo. Não estão dadas as condições subjetivas ou objetivas para a mudança, mas o otimismo reside no fato de termos uma agenda em aberto, que vai depender da sociedade brasileira, dos partidos, do movimento sindical. Antes, era um massacre para o trabalho e para a sociedade.

C&T

Em desenvolvimento desde 2005, deve ser concluído ainda neste ano sistema nacional de controle e navegação para aeronaves não tripuladas de grande porte. Esse integra o projeto Vant (Veículo Aéreo Não Tripulado), que abrangerá ainda a construção da plataforma de voo,

cuja previsão é que esteja finalizada em dois ou três anos. A informação é de Flavio Araripe d'Oliveira, engenheiro do CTA (Comando--geral de Tecnologia Aeroespacial) e coordenador da iniciativa. Além desse órgão, participam o CTEX (Centro Tecnológico do Exército), o IPqM (Instituto de Pesquisas da Marinha) e, como parceira industrial, a empresa Avibras. A esta, responsável pela plataforma de voo, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) destinou R\$ 18 milhões, apontou Araripe. Já ao sistema que assegurará a autonomia desejada no ar e independência tecnológica do Brasil na área de controle de Vant, foi liberada cerca de metade – R\$ 9 milhões. Essa parte vem sendo realizada pelos órgãos de pesquisas das Forças Armadas – quem requereu o investimento no projeto à Finep foi o Ministério da Defesa, “pensando em aplicações como o reconhecimento da Amazônia e do litoral”. A demanda existe, tanto que a Polícia Federal, como enfatiza Araripe, já está “até indo comprar no exterior, dada a urgência”.

Conforme Araripe, do porte e sofisticação do sistema em curso – que envolveu, na etapa inicial, mais de 60 engenheiros e várias empresas de alta tecnologia – não há nenhum ainda no País. “Existem empresas que estão fazendo veículos pequenos, para aplicações específicas, principalmente na área agrícola. A esse segmento, tem inclusive uma companhia de São Carlos (interior paulista) trabalhando com isso. Mas são veículos que pesam em torno de 20kg, 30kg, no máximo 100kg.” Já a aeronave que a Avibras está desenvolvendo deve ter maior densidade e 15 horas de autonomia de voo, destaca o coordenador do projeto. No mundo, afirma ele, já há modelos que ultrapassam e muito essa meta, utilizados e desenvolvidos principalmente por Estados Unidos e Israel, para fins bélicos.

Sem tradição de envolvimento em guerras, não obstante o Brasil possa fazer uso do Vant para reconhecimento militar, deve destiná-lo em especial para fins civis, tais como “inspeção de fronteiras e de linhas elétricas, controle de queimadas, acompanhamento de calamidades públicas”. Araripe complementa: “A quantidade de aplicações possíveis é muito grande. Serve principalmente a missões que demandem muito tempo da aeronave voando e seriam até cansativas para pilotos humanos ou representem certo risco, por exemplo, num lugar em que há nuvem vulcânica, na Europa.”

Ensaios e automação

Até o momento, foram feitos cerca de 27 voos como teste, de aproximadamente 40 minutos cada. Nestes, tem sido utilizada a plataforma Acauã, do CTA, que foi construída na década de 80. “É limitada, permite no máximo duas horas de autonomia (no ar). E a gente não precisa mais do que isso (aos ensaios).” O coordenador do projeto explica como são essas provas: “São dadas coordenadas e a aeronave passa sobre elas, com direções pré-definidas, como o acompanhamento do Rio Mogi-Guaçu.” Tendo sido realizada a quinta etapa de testes na segunda quinzena de abril último, a iniciativa deve abranger ainda, segundo ele, mais 15 a 20 voos do gênero. “Daí, vamos ter ensaiado todo o software do sistema de controle, que é o piloto automático.”

Ainda conforme sua explanação, a arquitetura adotada neste é baseada em barramento de dados, o que não é trivial. “É como se fosse uma rede de computadores que interliga todos os equipamentos utilizados na aeronave, tais como o seu sistema inercial e o que mede sua velocidade, além do atuador da superfície. Nos projetos menores, há uma máquina ligada ponto a ponto com cada um deles.”

De acordo com Araripe, nos ensaios já realizados, foi assegurada a autonomia de voo, mas não na decolagem e pouso – funções, aliás, que não estavam previstas que ocorressem de forma automática no projeto Vant. “Isso é muito difícil, requer equipamentos muito precisos para a aeronave não sair da pista, e estes não estão instalados.” Ele frisa, no entanto: “Futuramente, isso deve ser alvo de outro projeto, temos até uma solicitação para a Finep, estamos aguardando aprovação.”

Mas como funciona hoje? O coordenador explica: “A decolagem ocorre como se fosse um aeromodelo.” Ou seja, a pilotagem nesse caso – e no pouso – é feita por controle remoto. “Depois que a aeronave sai do chão, assume o piloto automático, que vai seguir as coordenadas estabelecidas no planejamento de voo.” Não há impedimento de que, em caso de necessidade, sejam dadas ordens por terra para o veículo. Mas é importante ressaltar que o próprio sistema não permite a derrubada do avião. “Já desenvolvemos no software uma capacidade de que a aeronave retorne ao lugar de origem sozinha, caso haja falha na comunicação de rádio por um motivo técnico qualquer e haja uma pane. Isso já foi ensaiado”, conclui.